



seja inferior a seis salários-mínimos; ou II) haja posicionamento do controle interno e da procuradoria jurídica favorável à concessão do benefício.

Nesse contexto, considerando que a análise simplificada da Unidade Técnica constatou o preenchimento do requisito do inciso **II** do artigo 12 da Resolução Normativa n.º 3/2022, acolho o Parecer Ministerial n.º **3.184/2025**, de autoria do Procurador de Contas **Gustavo Coelho Deschamps**, e conforme art. 1º, inciso VI, c/c art. 43, inciso II, ambos da Lei Complementar Estadual n.º 269/2007, **VOTO** no sentido de:

I) JULGAR LEGAL a nova planilha de cálculo do benefício; e

II) REGISTRAR o **Ato Revisional n.º 210/2025/MTPREV**, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, em **13/6/2025**, que revisou os Atos n.º 328/2023/MTPREV e n.º 405/2024/MTPREV (já registrado por esta Corte), que concedeu o benefício de pensão por morte, em caráter vitalício à Sra. **LEIBIA DE MOURA LACERDA**, na condição de cônjuge, e em caráter temporário à filha menor **K. C. O. L.**, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) n.º 092.410.291-88, representada pela **Sra. EDINA APARECIDA DA SILVA**, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) n.º 854.892.201-04, na condição de guardiã, com a inclusão tardia dos filhos **THIAGO DE MOURA LACERDA**, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) n.º 083.014.191-05, e **MATHEUS DE MOURA LACERDA**, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) n.º 083.014.341-63, que passaram a figurar como beneficiários temporários, até completarem 24 (vinte e quatro) anos de idade ou até o encerramento do curso superior, mediante comprovação semestral de matrícula, nos termos do art. 7º, inciso I, da alínea a e d, da Lei Federal n.º 3.765/1.960, alterada pela Lei n.º 13.954/2019, c/c o art. 11, *caput* e parágrafo único da Instrução Normativa n.º 5/2020, arts. 119, 120, 121 e 126, *caput* da Lei Complementar n.º 555/2014, bem como nos termos da Súmula n.º 340 do Superior Tribunal de Justiça, fixando o rateio da seguinte forma: 50% (cinquenta por cento) para à Sra. Leibia de Moura Lacerda (vitalícia) e 16,666% (dezesesseis inteiros e seiscentos e sessenta e seis milésimos por cento) para cada um dos dependentes: K. C. O. L., Thiago de Moura Lacerda e Matheus de Moura Lacerda.





III) DETERMINAR, após o julgamento, apensamento do presente feito aos processos n.º 60.542-5/2023 e n.º 193.467-8/2024, para garantia da completude das informações concernentes aos beneficiários assentadas neste Tribunal.

É como voto.

Após, considerando a semelhança do assunto destes autos com o de outros processos, encaminhe-se à Secretaria-Geral de Processos e Julgamentos para julgamento em bloco, nos termos do art. 3º da Resolução Normativa n.º 12/2024-PP e do art. 256 do Regimento Interno do Tribunal de Contas.

Tribunal de Contas de Mato Grosso, Cuiabá/MT, 10 de setembro de 2025.

(assinatura digital) ¹

CONSELHEIRO GUILHERME ANTONIO MALUF
Relator

¹ Doc. Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal n.º 11.419/2006 e Resolução Normativa n.º 9/2012 do TCE/MT.

